

POPULISMO E FUNDAMENTALISMO NA ATUAÇÃO POLÍTICA DOS EVANGÉLICOS: Uma entrevista a Marcelo Natividade¹ para a revista Cronos

POPULISM AND FUNDAMENTALISM IN THE POLITICAL ACTION OF PROTESTANTS: AN INTERVIEW WITH MARCELO NATIVIDADE FOR CRONOS MAGAZINE

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior²
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRN)
<https://orcid.org/0000-0001-8114-4169>

Cronos: Professor Marcelo, gostaríamos de ouvi-lo mais acerca de sua aula inaugural, do primeiro semestre de 2021, da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, realizada no dia 29 de março de 2021. Em conjunto com o professor Joanildo Burity, o professor abordou o tema Populismo e Fundamentalismo na atuação política dos evangélicos... A pergunta sobre como os evangélicos chegaram a dar apoio a um governo de extrema direita como este que está no poder, o professor levantou a questão de que está em curso uma “guerra cultural”. Pode explicar essa ideia, por favor?

Marcelo Natividade: É tudo muito recente e estamos no calor da hora. Ainda buscamos entender a ascensão do bolsonarismo e uma certa forma de agir desse governo, que se apresenta publicamente como “de extrema direita” e “cristão”. A bibliografia internacional fala em “nova direita cristã”, identificando movimentações transnacionais. A etnografia do presente é atravessada por imponderáveis, fatos históricos e sanitários que nos afetam concretamente, com a pandemia do Novo Coronavírus. Por exemplo, enquanto respondo a esta entrevista, o país ultrapassou os 430 mil mortos e 15 milhões de infectados e isso coloca questões humanitárias na balança. Então, meu primeiro destaque é que é impossível falar hoje sem “contexto”. Lidamos com a escassez de vacinas para a população brasileira, a interrupção da imunização em vários estados e municípios, em decorrência da inexistência de uma efetiva política de saúde. Não temos testagem. Morrem mais mulheres, pessoas pobres e negras, sofrem as comunidades,

¹ Marcelo Tavares Natividade é antropólogo e jornalista, pós-doutor em Antropologia Social (Museu Nacional, UFRJ) e doutor na mesma área pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Artivista, membro da Comissão de Laicidade e Democracia da Associação Brasileira de Antropologia e da Federação Nacional de Jornalistas do Observatório Nacional da Política LGBT.

² Professor titular de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), vinculado ao Instituto Humanitas de Estudos integrados; Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRN); Coordenador do Grupo de Pesquisa Mythos-Logos: Imaginário e Parcerias do Conhecimento (UFRN); Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e pós-doutor pela Università Degli Studi di Padova.

abandonadas pelo Estado, a pandemia avança no sistema carcerário e nas aldeias indígenas. O Brasil é recordista na morte de mulheres grávidas pela COVID-19. Falta auxílio emergencial, um plano de economia de socorro aos mais afetados. Que relação tudo isso tem a ver com religião? Eu espero deixar isso mais claro. Mas vou fazer uma primeira provocação e tomada de posição: será possível fazer ciência social nesse momento, abrindo mão de uma – ainda que tentativa – análise de conjuntura, de uma abordagem interessada?

Desde as eleições presidenciais que levaram ao poder Jair Messias Bolsonaro, se realizam as articulações entre bolsonarismo e igrejas evangélicas, com protagonismo das pentecostais e participação de católicos carismáticos. Há notícias de templos convertidos em verdadeiros comitês eleitorais, de carreatas bolsonaristas partindo pelas cidades ao final de cultos, nas periferias do Rio de Janeiro e de um engajamento ativo de pastores e lideranças na orientação para o voto. A Igreja Universal do Reino de Deus foi um dos principais atores nessa cena. Em muitas metrópoles foi visível o apoio institucional, com “vira voto” evangélico nas ruas. Mensagens na Internet divulgaram fotos de fiéis e apoiadores encenando o empunhar de armas, gesto mais famoso da campanha vencedora, em alusão ao seu apelo armamentista e ao lema “bandido bom é bandido morto”, “vamos armar toda a população”. Na pandemia, acompanhamos a adesão de redes evangélicas e católicas às posições do Presidente da República na recusa do isolamento social, na propaganda da cloroquina e na defesa do tratamento precoce, apesar da comprovada ineficácia atestada pelos órgãos científicos competentes de abrangência internacional. Isso indica a capacidade de penetração e de formação da opinião pública dessas articulações. Os dissensos e as contrariedades existem, é claro, mas elas não invalidam o empenho para produzir efeitos de verdade, inclusive com clamores pela abertura de templos religiosos como serviço essencial e com a demonização de prefeitos e governadores que adotam restrições de circulação e seguem orientações sanitárias internacionais. Diante desse panorama, eu volto ao tema da “guerra cultural”.

“Guerra cultural” é tanto categoria êmica quanto analítica, tanto narrativa como modo de ação. Em minha pesquisa que avalia as políticas LGBT do golpe ao bolsonarismo, ela apareceu em controvérsias diversas, usada por jornalistas, sociólogos, historiadores, intelectuais, ativistas e gestores públicos. Uma espécie de missão, de um lado, de outro, um problema. Tem inspiração nas ideias de Olavo de Carvalho, expoente do pensamento dessa nova e ao mesmo tempo “velha direita” que se autointitula pensador, filósofo, influenciador digital e representante dessa “direita” e de sua nova onda conservadora.

As relações entre bolsonarismo e *olavismo* são destacadas nessa controvérsia, quando se fala em “núcleo ideológico do governo”, dos quais participam alguns atores-chave. Em termos de uma gramática discursiva, ela opõe “o Brasil”, bolsonaristas, representantes “da direita” e “cristãos” aos *outros*. A crítica, a oposição e toda luta social é capturada pelos rótulos de “comunismo”, “marxismo cultural”, “esquerdista”, “petista”, “imoral”, “a favor da corrupção”. Nosso Professor Joanildo, recorrendo ao conceito de populismo, destacou muito bem essas construções. A bandeira do Brasil e o verde e amarelo foram sequestrados como símbolo desses movimentos desde o golpe.

O esforço por produzir um inimigo imaginário que deve ser destruído, desqualificado, silenciado, que merece a perseguição, a morte e a aniquilação, é celebrado na exaltação da

tortura e da ditadura. É proclamada a verdade do criacionismo e do terraplanismo e se propõe o revisionismo histórico para (re)contar a ditadura militar como “revolução que livrou o Brasil do comunismo”. Há muitos chavões representativos de uma narrativa demonizante das minorias, assinada pelo Estado: “eu odeio essa história de povos indígenas e comunidades tradicionais”; “não existe feminicídio no Brasil, só homicídio”; “o Brasil não pode ser conhecido pelo turismo gay, mas se quiserem conhecer nossas mulheres podem vir”; “a escravidão foi benéfica ao povo negro”; “movimento negro é a escória humana”; “só não te estupro porque não merece”; “negro não serve nem pra procriar”; “o erro da ditadura foi só torturar e não matar”; “o Brasil só tem jeito quando matar uns 30 mil”; “só vai morrer velho, que já ia morrer”; “e daí? Eu não sou coveiro”, “Vão chorar até quando, deixem de mimimi”; “quem quiser vacina, pede pra tua mãe”; “menino veste azul e menina veste rosa”.

Essa hostilidade manifesta é propagada por agentes públicos de alto escalão: Presidente da República, Ministros de Estado, assessores, secretários, diretores de instituições públicas. Contudo, ela não está apenas no plano das representações, mas em ações concretas do Executivo. Elas contêm a assinatura do Estado em atos do poder público – portarias, decretos, cortes de orçamentos, demissões, nomeações, mudanças departamentais, declarações públicas – tem portaria que dificulta o reconhecimento de corpos na ditadura militar; tem desarticulação/fim da Comissão da verdade; tem decreto que transforma Ministério de Direitos Humanos em Ministério da Mulher e da Família; tem edital das artes conservadoras (MINC) e edital de pesquisa “da família” (CAPES e MMFDH); tem normativas que burocratizam e impedem a autuação de crimes ambientais; tem cancelamento de editais de cotas para pessoas transexuais nas Universidades Federais; tem fim de conselhos e outros órgãos de controle social; tem “desomenagem” de lideranças negras por uma Fundação Palmares bolsonarista; tem campanha publicitária “o Brasil não pode parar”; tem protestos antidemocráticos e ataques ao Supremo Tribunal Federal; tem enfermeiros da linha de frente agredidos; tem invasão de hospitais de campanha para provar que a pandemia não existe; tem veto presidencial que desobriga o Estado brasileiro de oferecer materiais de higiene, saneamento básico, alimentação e serviços de atenção à saúde em comunidades indígenas. Em suma, esse modo de ação, essa guerra cultural opera pela produção de hostilidades supostamente legítimas e combina interesses das hegemonias políticas do Parlamento e das bancadas (armamentismo, privaticionismo, nepotismo, pautas morais anti-LGBT, antifeministas e antiaborto, anti-meio ambiente, anti-igualdade étnico-racial etc.).

Mas muito do que se vê não é novo. É um tipo de construção política e cultural que vem sendo gestada há décadas! Nos anos 2000 eu já encontrava a apropriação de ideias *olavistas* em manuais de *cura gay* brasileiros. Só não fazíamos ideia de que isso se espalharia e se capilarizaria numa espécie de fala pública, uma cultura do ódio às minorias banalizadas. Ou que teríamos aparato governamental para ela, o “Gabinete do ódio”, com seus robôs e disparos massivos, algoritmos, *likes*, *deslikes*, curtidas, compartilhamentos, cancelamentos, lixamentos morais cibernéticos. A Internet e os webmeios tem um papel central em sua disseminação, combinando virtualidade, autoritarismo, extremismo religioso, o reavivamento de estereótipos sobre minorias, a exaltação e exacerbação da norma, elogio da tortura e da violência, incitação às ofensas e injúrias, banalização das mortes em massa, insultos e desrespeito ao luto coletivo.

Nesse pânico moral incitado, certas minorias não mereceriam direitos e cidadania pois reivindicariam privilégios, é a mensagem repetida de modo a persuadir e a convencer ao ódio: LGBT querem ser “super castas” e impor uma “ditadura sexual gayzista”. Ambicionam suplantar “a vontade da maioria” e esconder seus objetivos perversos e deletérios: se autopromover, se vitimizar, propagar ideologias de gênero, destruir as famílias, abusar e explorar sexualmente crianças, incentivar a promiscuidade e espalhar doenças, matar fetos e banalizar o aborto, acabar com os conceitos de homem e de mulher e desconstruir o gênero “natural”. Os componentes religiosos dessa guerra estão manifestos no atual *slogan* do governo: “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”. E em outras declarações públicas de agentes governamentais: “o Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã”; “é hora de deixar a igreja governar”, notadamente incompatíveis à laicidade do Estado e ao pluralismo religioso da sociedade brasileira. Uma fantasia de poder e de identidade de grupos específicos, das bancadas religiosas e seus representantes de impor sua agenda moral conservadora e de se contrapor a visões de mundo pluralistas, igualitárias e alinhadas às pautas globais dos Direitos Humanos.

Cronos: Sua posição sobre fundamentalismo é bastante crítica, e vê com muitas reservas abordar o tema de modo relativista. Por que?

Marcelo Natividade: A ciência existe com o compromisso de tornar a vida das pessoas melhor e ajudar a superar os grandes desafios de nossa história global. Não cabe em hipótese alguma complacência com modos de compreensão da vida e do mundo que desumanizam o outro ou buscam afirmar superioridades raciais, étnicas, sexuais, religiosas. Como cientistas sociais, nosso papel é ser críticos e avaliar os dilemas, as narrativas, as relações de poder de modo complexo, em suas múltiplas dimensões. Mas não caberia, por exemplo, relativizar o nazismo ou quaisquer outras construções que ameaçam nossa humanidade, subalternizam, escravizam, desprezam ou eliminam a diferença. Que afrontam a nossa democracia, que censuram, constroem, que exaltam e incentivam a violência, que negam nossa dignidade e violam direitos humanos fundamentais, individuais e coletivos. Não se pode tolerar a intolerância. Não é aceitável desculpar o racismo, a LGBTfobia, o feminicídio, a velhofobia, a AIDSfobia. Não acredito em análises supostamente neutras que medem com a mesma regra o opressor e o oprimido. Afinal, como indagaria o mestre Howard Becker: de que lado estamos? A ciência do pós-colonial é antifacista, sim. Não tolera as *fake News*, não pondera sobre o negacionismo científico e histórico. Defende a saúde pública, respeita os acordos internacionais, reclama vacina para toda a população, denuncia a necropolítica, o genocídio e a destruição dos mais vulneráveis. Vejo com reserva a presença de segmentos fundamentalistas no Estado, evangélicos ou não. As suas formas de atuar, em sua historicidade, foram hegemonicamente obstrutoras de direitos e de cidadania das minorias sexuais. É produtivo dizer que fundamentalismo é uma categoria de acusação, sem atualizar os impasses e problemas? Essa forma de olhar, dos estudos dos anos 1990/2000, são datadas. E diziam respeito àquele contexto. É a estrutura das revoluções científicas, diria o filósofo Thomas Kuhn. Mas não estamos falando “do chute na santa” e nem das contendas entre a Rede Globo e a IURD dos anos 1990, na disputa por mercados televisivos e anunciantes. E sim de uma crise sanitária mundial e de replicação massiva de mensagens falsas sobre ela, de movimentos antivacina, de eleições cujos resultados são afetados pelos algoritmos, de arroubos

de autoritarismos cotidianos e ameaças de “ruptura institucional” da democracia brasileira por representante do Estado e sua prole, que participa ativamente dessas redes de influência política, produzindo efeitos desastrosos sobre a política de saúde e controle sanitário. Estamos falando de “cristo-fascismos”, de uma relação que ainda precisa ser revelada – a relação entre religião, ódio, destruição do outro, da banalidade do mal. O teólogo Fabio Py tem trabalhado sobre isso. Deixo aqui a menção aos escritos dele como referência. Mas também deixo uma inquietação que corrói os abandonados à margem – por que as religiões hegemônicas precisam tanto da “salvação”, quando, na verdade, salvar é eliminar o outro? Será que o que precisamos é ser salvos do salvacionismo dos intolerantes? E denunciar a violência da bondade? Será que temos que ser também salvos do relativismo que desculpa a violência e a eliminação do outro? Então, eu penso que podemos usar as categorias que quisermos. Podemos falar em neofundamentalismos, em neopopulismos e neoconservadorismos. Mas não vamos avançar sem entender a naturalização do extremismo e do desejo de fim do outro pela própria academia.

***Cronos:** Ao longo dos estudos antropológico-sociológicos dos evangélicos nas últimas décadas, o que permanece atual nesse cenário? O professor acha realmente que houve complacência por parte dos cientistas em relação ao que estava sendo gestado desde os anos 1980?*

Marcelo Natividade: Todo diagnóstico é datado, claro. Ninguém podia prever os rumos que as coisas tomariam e também não havia indícios de um projeto coletivo evangélico nos anos 1980. Como minoria política, sua aparição na esfera pública estava sendo construída como legítima ali. Naquele momento, era imprescindível identificar e discutir a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias do poder, como parte da cena da redemocratização brasileira. Com a entrada de evangélicos na política, vislumbramos a minimização do poder da Igreja Católica na vida pública brasileira. O crescimento dos evangélicos numericamente no país indicava justamente a perda dessa influência do catolicismo sobre comportamentos, mas também apontava outras coisas. Evidenciava o pluralismo religioso brasileiro, a perda de fiéis pelo tradicionalismo católico, as mudanças institucionais e as desvinculações, os trânsitos e a circulação entre diferentes correntes. A entrada de atores religiosos na vida política integrou a agenda de pesquisa dos cientistas sociais de toda uma geração e passou a indicar que tais agentes participavam do jogo democrático, buscando intervir, agir e transformar “esse mundo”. O interesse por questões da sociedade foi assumido por tais segmentos, mostrando que os crentes produziam com facilidade deslocamentos entre o culto e os espaços laicos da vida política como parte de sua missão. Efetivamente, os estudos apontaram que eles aprenderam a participar do jogo democrático levando suas legítimas demandas e colaborando com a vida civil. Mas tão logo se revelaram os paradoxos dessa atuação, com a formação das bancadas e de alinhamentos em pautas morais controversas e a formação de grupos de interesse. É importante lembrar que já na Constituição de 1988, a atuação de lideranças religiosas foi muito eficaz na exclusão das expressões “identidade sexual” e “opção sexual” do texto da Constituição Cidadã, obstruindo a criminalização da homofobia já naquele momento, sob a alegação de que “a maioria” da sociedade brasileira não aprovava a homossexualidade, portanto, ela não deveria ter amparo legal. Assim, a conhecida Lei do Racismo, a 7716, de 05 de janeiro de 1989, criminalizou as distinções de raça, de sexo, de cor ou de origem, mas não as de orientação sexual. No entanto,

poucos estudos se voltaram para a compreensão desses conflitos nos campos da antropologia e da sociologia da religião. Parece-me que se estava mais interessado em destacar a positividade dessa relação que os seus problemas. Isso tem a ver com o que chamamos hoje de lugar de fala. É nos estudos sobre política de sexo e gênero que emerge a questão. O imbróglio da recusa da criminalização da homofobia nos anos 1980 foi discutido em etnografias dos coletivos GLBT da época. Eu me refiro em especial ao trabalho de Cristina Câmara, publicado em livro, com o título *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do Triângulo Rosa*. Depois, nos anos 1990 e início dos anos 2000, o debate avançou com a análise das controvérsias sobre a obstrução das bancadas ao casamento gay e a adoção de criança por casais homoafetivos. Mas novamente essas análises são internas ao campo dos estudos em sexo e gênero.

Cronos: *Então, o professor diria que existe uma ligação entre fundamentalismo religioso e moralismo de fachada no governo Bolsonaro?*

Marcelo Natividade: Essa análise é facilitada pelo diagnóstico do estreitamento da relação entre política e religião com a formação de bancadas religiosas e frentes parlamentares, com o surgimento e a atuação de um partido específico (Partido Social Cristão), com candidaturas de representantes de instituições religiosas para cargos no Executivo (prefeitos, governadores e Presidência da República). O novo é a chegada às redes do poder por meio da eleição de um presidente de extrema direita, com a ocupação de cargos no Executivo e no Judiciário brasileiros (técnicos, secretários, ministros de Estado, incluindo o Supremo Tribunal Federal). O apoio de algumas redes evangélicas e católicas, em especial pentecostais, mas não somente elas, à eleição de Jair Messias Bolsonaro demonstra o sucesso desse projeto de poder e interferência na vida civil. Nos Governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, especialmente, do Partido dos Trabalhadores, se instaurou e ampliou um fosso entre essa agenda ideológica evangélica e os planos de governo vigentes. Ao mesmo tempo, os evangélicos cresceram, e a Internet propiciou um novo campo para sua atuação. Não há como falar na chegada ao poder do bolsonarismo sem falar em *fake News*, nas afinidades eletivas entre essa agenda e velhos pânicos morais reavivados.

Na verdade, essa relação foi forjada e intensificada nos protestos de 2013 e no golpe que afastou a Presidenta Dilma Rousseff por *impeachment*. Eu não tenho tempo aqui para explorar as tensões que permearam o Governo Dilma com episódios do *kit-gay* ou das políticas de combate à homofobia no sistema educacional. Mas vale destacar os componentes ideológicos, fundamentalistas, do golpe (por Deus, pela “família”, pela “nação”) e das eleições presidenciais (contra o comunismo, o lulopetismo, as esquerdas, contra ideologia de gênero, a favor das armas). São notáveis as afinidades entre pautas dessa nova direita e moralismos religiosos, na manutenção de novos pânicos morais. O grande exemplo foi a *fake News* da “mamadeira de piroca”. Fernando Haddad foi construído como “pedófilo” e o PT como partido promotor de “ideologias de gênero”. As eventuais políticas de igualdade de gênero e de combate à LGBTIfobia foram significadas como incentivadoras do sexo na escola, da propaganda da homossexualidade, desconstrutoras de gêneros supostamente naturais. “A favor da família”, contra o PT e a ideologia de gênero foi a enorme mensagem fundamentalista propagada. A grande *fake News* que interferiu no resultado das eleições presidenciais.

Cronos: *Como poderíamos então evitar um elitismo cientificista e enfrentar a atual necropolítica? O papel d@ cientista nesta luta não pode ser ambíguo, mas também não pode se desviar dos princípios que sustentam a atividade científica, pois nesse caso a contribuição perderia a legitimidade. Como construir um método científico que possa se pôr a serviço dos oprimidos?*

Marcelo Natividade: Certamente passa por expor as tomadas de posição, os lugares de fala. Nenhuma análise ou abordagem deixa de ser posicionada, de refletir um olhar e subjetividades. O rigor da abordagem, dos métodos de coleta, da sistematização e da análise de dados, não é prejudicado quando são explícitas tais dimensões. O problema é que a maior parte dos trabalhos deixa de refletir a posição de sujeito de seus autores. Inclusive as suas vinculações religiosas e os seus lugares institucionais, que em alguma medida fornecem parâmetros epistemológicos, enquadramentos. Falar nas Ciências da Religião é diferente de falar nas Ciências sociais da Religião. Que também se distingue de falar dos estudos de sexo e gênero. Eu tenho repetido que eu falo de uma posição de sujeito de pessoa cisgênero, gay, ativista, artista, antropólogo com interesse por conflitos, vindo de uma trajetória de educação em escola pública, no subúrbio do Rio de Janeiro, com socialização no catolicismo tradicional. Não cristão! Embora ocasionalmente, em minha trajetória, tenha sido consumidor de práticas religiosas plurais, recentemente próximo das afro-centradas. Hoje ocupo o lugar de docente e cientista em uma Instituição de Ensino Superior do Nordeste brasileiro, de um servidor público, para quem a produção de conhecimento promotor de cidadania não é contraditória. Ao contrário, é coerente com a vocação da área disciplinar que me confere o título de antropólogo.

Foi a passagem por institutos de pesquisa e centros de produção de conhecimento como o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS e outras Organizações não governamentais crucial para o meu entendimento do papel da ciência na transformação da sociedade, das desigualdades, da proteção social das minorias. Acredito que é essencial uma permanente autorreflexão sobre lugares de fala e posições de sujeito. Temos chamado a isso também de autoantropologia ou outros rótulos que queiramos dar a esse esforço permanente de autocompreensão no percurso de construção do conhecimento e de momentos específicos de nossas trajetórias e delas em um contexto. Desse modo, uma antropologia feminista ou uma ciência social *queer*, uma antropologia LGBTI, um conhecimento engajado e aplicado, desde que refletido, explicitado, aprofunda a reflexão sobre como certos objetos, fenômenos e problemas me afetam e, portando, essa afecção oferece certos olhares (e não outros), reações, interesses, relações e perspectivas simpáticas de análise. Os desafios estão por toda a parte. Mas a já antiga superação da distinção sujeito-objeto e a profunda reflexão sobre as afecções nos tiram do lugar de conforto da pseudoneutralidade. Uma vez assumido esse lugar posicionado, seus limites, relações, implicações, voltamos para a produção de diagnósticos interessados, cada vez mais elaborados, complexos, úteis na melhoria de vida das nossas populações, na redução das vulnerabilidades sociais, do preconceito e das intolerâncias; na superação das iniquidades; na democratização do acesso à informação e à comunicação científica. De que serve a ciência que não chega às pessoas e comunidades, encastelada nos anais de congressos e que circula apenas entre iniciados? Em tempos de pandemia isso tudo é muito perturbador e dramático, em face da necropolítica em curso.

É nesse sentido que compreendo o papel da ciência social no combate às *fake News*; na difusão da verdade científica e no enfrentamento do negacionismo; na defesa da saúde pública e das normativas sanitárias internacionais, incluindo o acesso a imunização para todas e todos; na preservação da democracia e no confronto aos movimentos de revisionismo histórico (ditadura não foi revolução!); nas denúncias das violações de direitos humanos, incluindo a violência do Estado; na defesa do direito a não ser objeto de violência, de extermínio e de genocídio. Mesmo que isso signifique nos contrapor a pessoas e movimentos religiosos hegemônicos que se alinham à necropolítica e ao negacionismo. Eu termino como me é de costume, com um manifesto: quem pode se dar ao luxo de ser neutro? Essa semana, enquanto as redes de deslavadas mentiras virtuais avançam sua persuasão, acontecem cultos e festas da COVID-19, se incentiva o consumo nos comércios populares, se despreza a vacina. A Marcha para Jesus aconteceu há dias, marcada por clamores de ditadura, intervenção militar “com Bolsonaro” e marcou posição contra o isolamento social, atacando prefeitos e governadores em nome de Jesus. Jesus contra a sociedade?! Perdão! O Estado contra a sociedade ostentou seus tentáculos da perseguição política, vergonhosamente: Sônia Guajajaras, importante liderança indígena, foi denunciada pela FUNAI (organismo do Estado de proteção dos povos indígenas) e intimada pela Polícia Federal a depor sobre uma inventada e *fake* injúria contra o Governo.

Enquanto ponderamos e voltamos a problemas já resolvidos, deixamos de compreender e denunciar uma enormidade de violências e violações de direitos que se tornaram, infelizmente, cotidianas e banais em plena pandemia. Não basta dizer que os grupos religiosos são diversos ou que a atuação política conservadora não reflete a totalidade. Mas entender as hegemonias, o que aparece na esfera pública e constrói opinião pública; a atuação evangélica no Estado, no reforço das vulnerabilidades sociais, nos desmontes das políticas de sexo e gênero; a participação nos movimentos antidemocráticos e a adesão ao armamentismo e discursos de ódio; a moralização e a higienização das políticas sexuais; as formas de agir daqueles que amolam a faca do agressor. A aposta é uma antropologia dos inacabamentos da política pública, marcada pelo avanço dos neofundamentalismos e a crescente busca pela cristianização dos costumes (“direitos humanos cristãos”; direitos humanos para “humanos direitos”; abstinência sexual como política de prevenção ao HIV e à gravidez na adolescência; a busca da obstrução de serviços de aborto legal na pandemia; a crítica às políticas de prevenção da PEP e PREP (“remédio não resolve comportamento de risco”); “é preciso fazer políticas de prevenção ao HIV, mas sem ofender as famílias”. Enfim, essas são mais algumas das estapafúrdias formas de fazer política pública do bolsonarismo. De fazer a “antipolítica pública”. Quem pode se dar ao luxo de ser neutro ou neutra? Queremos vacina, verdade e misericórdia!